

**ILMO SR. PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E
CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – CODEMA – MUNICÍPIO DE
PATROCÍNIO/MG**

Auto de Infração: n.º 0564

Nome do Autuado: José Eduardo Peçanha

Número do CPF do Autuado: 282.389.868-93

José Eduardo Peçanha, brasileiro, solteiro, engenheiro agrícola e ambiental, portador cédula de identidade R.G nº MG19895423 emitido pela SSP/MG e inscrito no CPF sob nº 282.389.868-93, com endereço comercial na Av. Faria Pereira, 2660, Centro, município de Patrocínio, estado de Minas Gerais, com CEP nº 38740-010, não se conformando com o auto de infração acima referido, vem, respeitosamente, no prazo legal, apresentar seu recurso administrativo, pelos motivos de fato e de direito que se seguem:

I – OS FATOS

O recorrente foi autuado a pagar uma multa no valor de R\$950,57 (novecentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos) à Prefeitura Municipal de Patrocínio sob o seguinte fundamento: “Realizar queimada em lote urbano localizado no município de Patrocínio-MG”. O imóvel citado no auto de infração refere-se ao lote 357, situado no setor 34, quadra 22, localizado na Rua Alameda dos Babaçus, ao lado da residência nº307, bairro Dona Diva.

A referida autuação imputa ao Recorrente o descumprimento do comando prescrito no art. 2º do Decreto nº 3.479 de 10 de abril de 2018, que regulamenta a Lei nº 4.905/2017, que possui a seguinte redação:

Art. 2º: *O proprietário do terreno será responsável solidariamente em qualquer infração ambiental.*

RECEBI 11/01/19

[Assinatura]

Secretaria de Meio Ambiente

II – O DIREITO

II. 1 - PRELIMINAR

Foi lavrado o auto de infração 0564 em 04/10/2018, em que a infração foi descrita como: "Realizar queimada em lote urbano localizado no município de Patrocínio-MG". Constata-se que juntamente com o auto de infração não foram apresentadas as provas da existência de um incêndio no lote 357, situado no setor 34, quadra 22, localizado na Rua Alameda dos Babaçus, ao lado da residência nº307, bairro Dona Diva na referida data.

Contra referida decisão foi interposto recurso, tendo sido proferida decisão pela Secretaria de Meio Ambiente.

Desta forma se faz necessário detalhar o fato objeto do recurso, nos termos seguintes:

1. O recorrente nunca realizou queimadas em lotes urbanos no município;
2. Mesmo que o incêndio objeto da autuação tenha ocorrido, este não poderia ser imputado ao proprietário, uma vez que este não tem qualquer responsabilidade pela sua realização diretamente ou por terceiros (solidariedade). Importante salientar que o proprietário somente tomou conhecimento do fato no momento do recebimento do auto de infração, não sabendo informar, por conseguinte, quem teria sido o responsável pela sua realização.
3. O proprietário realiza as operações de capinas (manuais e/ou mecanizadas) recorrentemente no lote com o intuito de manter o mesmo limpo e visando reduzir o acúmulo de material vegetal combustível.
4. A segurança é garantia constitucional e papel do estado, em contrapartida a polícia não realizou nenhuma providência administrativa.

Segundo o Decreto Municipal nº 3372/2017, que estabelece inclusive as disposições gerais sobre fiscalização, autuação e procedimento administrativo, determina que compete aos fiscais ambientais lotados na Secretaria Municipal de Meio ambiente considerar os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual e municipal e avaliar a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, conforme transcrito:

***Art. 27.** A fiscalização e a aplicação de sanções por infração às normas contidas na Lei Estadual nº 7.772, de 1980, na Lei Estadual nº 20.922, de 2013, na Lei Estadual nº 14.181, de 2002, e na Lei Municipal nº 3717/04, de 1999, serão exercidas, no âmbito de suas respectivas competências, pela SEMMA, e por delegação pela Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG.*

***§ 1º** Compete aos fiscais ambientais lotados na Secretaria Municipal de Meio ambiente:*

I - verificar a ocorrência de infração às normas a que se refere o caput;

II - verificar a ocorrência de infração à legislação ambiental;

III – lavrar notificação para regularização de situação, termo de fiscalização e auto de infração, aplicando as penalidades cabíveis, observando os seguintes critérios na forma definida neste Decreto.

a) a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

b) os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual e municipal;

c) a situação econômica do infrator, no caso de multa;

d) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente; e

e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta; e

IV - determinar, em caso de grave e iminente risco para vidas humanas, para o meio ambiente, ou para as atividades sociais e econômicas,

medidas emergenciais e a suspensão ou redução de atividades durante o período necessário para a supressão do risco.

§ 2º O fiscal ambiental, ao lavrar os termos de fiscalização ou de infração, deverá fundamentar a aplicação da penalidade, tendo em vista os critérios previstos no inciso III.

§ 3º Nos termos de fiscalização, cabe ao fiscal ambiental identificar-se através da respectiva credencial funcional.

§ 4º O fiscal ambiental poderá ainda lavrar auto de infração, com fundamento em Boletim de Ocorrência emitido pela PMMG, competindo-lhes o disposto no § 1º.

e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta; e

Ressalta-se que o dano ambiental na oportunidade NÃO EXISTIU, visto que nenhuma repercussão negativa ocorreu para o meio ambiente na localidade da autuação (NÃO OCORREU SEQUER IMPACTO NA REGIÃO).

Ainda assim, mesmo que se considerasse que existiu algum dano ambiental no local, o referido decreto municipal, no seu Art. 68, dispõem sobre o valor base da multa e as circunstâncias atenuantes e agravantes. Nesse prisma, pode-se verificar que o requerente se enquadra nas situações atenuantes, pois o autuado realiza as operações de limpeza (capinas) no lote visando evitar que eventos de incêndios florestais ocorram, além disso, colaborou fundamentalmente com os órgãos ambientais na solução dos problemas e o impacto ambiental pode ser considerado de menor gravidade, pois foi um evento isolado, temporário, reversível e local.

Art. 68. *Sobre o valor-base da multa serão aplicadas circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme o que se segue:*

I - ATENUANTES:

a) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente, incluídas medidas de reparação ou de limitação da degradação causada, se realizadas de modo imediato, hipóteses em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento.

b) comunicação imediata do dano ou perigo à autoridade ambiental hipótese em que ocorrerá a redução da multa quinze por cento;

c) menor gravidade dos fatos tendo em vista os motivos e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;

d) tratar-se o infrator de entidade sem fins lucrativos, micro-empresa, micro-produtor rural ou unidade produtiva em regime de agricultura familiar, mediante apresentação de documentos comprobatórios atualizados emitidos pelo órgão competente, ou ainda tratar-se de infrator de baixo nível socioeconômico com hipóteses em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;

e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até trinta por cento;

f) tratar-se de infração cometida em por produtor rural em propriedade rural que possua reserva legal devidamente averbada ou cadastrada no CAR (Cadastro Ambiental Rural) e preservada hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até trinta por cento;

g) a existência de matas ciliares e nascentes preservadas, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;

h) tratar-se de infrator que detenha certificação ambiental válida, de adesão voluntária, devidamente aprovada pela instituição certificadora, hipótese em que ocorrerá redução de trinta por cento;

Segundo o Art. 69 do Decreto Municipal nº 3372/2017, as atenuantes e agravantes incidirão, cumulativamente, sobre o valor da multa, desde que não implique a elevação do valor da multa a mais de cinquenta por cento do limite superior da faixa correspondente da multa, nem a redução do seu valor a menos de cinquenta por cento do valor mínimo da faixa correspondente da multa.

II. 2 - MÉRITO

O recorrente foi autuado por supostamente ter realizado queimada em lote urbano no município de Patrocínio-MG.

Entretanto, tal afirmação não é verdade, uma vez que o recorrente nunca realizou queimadas em lotes urbanos no município. Em contrapartida o autuado sempre zelou por seu lote e realiza operações de capinas (manuais e/ou mecânicas) recorrentemente com o intuito de manter o mesmo limpo e visando reduzir o acúmulo de material vegetal combustível.

Ademais, no auto de infração não há nenhuma prova de que o lote foi queimado e quem foi o autor deste fato.

Mesmo que se admitisse a ocorrência do incêndio no lote, o mesmo adveio de terceiros e possui carácter criminoso, além disso, a polícia não tomou nenhuma providência investigativa.

No que tange a multa estabelecida, não foi considerado os fatores atenuantes que poderão ser cumulativos, uma vez que a requerente foi enquadrada em parte dos itens conforme estabelece o Art. 68 do Decreto Municipal 3372/2017, como podemos citar:

- A efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente, incluídas medidas de reparação ou de limitação da degradação causada, se realizadas de modo imediato, hipóteses em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento.
- Menor gravidade dos fatos tendo em vista os motivos e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;
- A colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até trinta por cento.

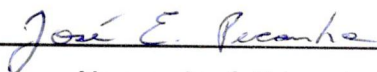
III – A CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, espera-se e requer que seja acolhida a presente defesa, cancelando-se o auto de infração lavrado nº 0564, lavrado pela SEMMA em 04 de outubro de 2018, e conseqüentemente, José Eduardo Peçanha seja isento do pagamento do valor de R\$950,57 (novecentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos) referente a penalidade aplicada.

Se não puder ser retirada, que se considerem os Artigos 68 e 69 do Decreto Municipal 3372/2017, que estabelece os critérios atenuantes que poderão incidir cumulativamente sobre o valor da multa. Requer também que o valor seja dividido em 12 (doze) vezes sem juros.

Termos em que
Pede deferimento.

Patrocínio, 11 de janeiro de 2019.



Nome: José Eduardo Peçanha

CPF: 282.389.868-93